

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 055

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

## Ato da Presidência:

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 03/99

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, do artigo 20, do Regimento Interno.

#### D E C L A R A :

Desconstituída a Comissão Parlamentar de Inquérito e sem efeito o Ato nº 001/99, desta Presidência, datado de 24 de maio de 1999, com base no requerimento de retirada das assinaturas efetivada pelos Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Luiz Accorsi, Durval Amaral, Moysés Leônidas, Fernando Ribas Carli, Tiago Amorim Novaes, Beto Richa, Nelson Garcia, Edno Guimarães, Tony Garcia, Ademar Luiz Traiano, Duílio Genari, Hidekazu Takayama, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Zuk e Cezar Silvestri, as quais foram nominalmente confirmadas em Plenário e cujo requerimento de desistência aprovado na sessão plenária da mesma data, configurando carência de pressupostos constitucionais e regimentais para a sua instalação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

### 14ª LEGISLATURA

## ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA

### REALIZADA EM

**25 DE MAIO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson

Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Requerimento:

#### REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dolores Marques Costa, ocorrido no dia 19 de maio de 1999.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada na pessoa do Dr. Jorge Costa, à Rua Januário Salarz, 212 Carlópolis-PR.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 268/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a criar no Município de Formosa do Oeste, uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN.

Art. 2º - À nova CIRETRAN, serão congregados os Municípios de Formosa do Oeste (sede), Jesuítas, Iracema do Oeste e Nova Aurora.

Art. 3º - Para a instalação da CIRETRAN, o Poder Executivo, disporá de recursos do orçamento próprio do Tesouro do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, visa criar no Município de Formosa do Oeste uma CIRETRAN - Circunscrição Regional do Trânsito. O citado Município é sede de Comarca e como tal, centraliza as ações de vários Municípios, como, Jesuítas, Iracema do Oeste e Nova Aurora; Municípios estes que estão sendo atendidos pela CIRETRAN de Assis Chateaubriand, muito distante dos referidos Municípios. Por outro lado, com a criação da nova CIRETRAN, os serviços poderão fluir com maior rapidez, pois irão desafogar a Circunscrição da Assis Chateaubriand, que atualmente está sobrecarregada.

A nova CIRETRAN, em Formosa do Oeste, irá atender prestando serviços, a mais de 30.000 proprietários de veículos, que movimentam milhares de processos, relativos ao DETRAN.

O Município de Formosa do Oeste, já possui prédio próprio para instalação da CIRETRAN, e doará ao Estado.

PROJETO DE LEI Nº 269/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Dependentes do Álcool e Química, com sede e foro no Município de Irati/PR, situada à Rua Dr. Correia, 574.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A referida Associação de Dependentes do Álcool e Química é uma entidade sem fins lucrativos e atende todas as pessoas que dela necessitam. A mesma tem uma equipe de profissionais que atuam na prevenção e combate às dependências ao Alcoolismo e Drogas.

A Diretoria desta Associação, não tem qualquer tipo de remuneração.

PROJETO DE LEI Nº 270/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Planalto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 24 de junho de 1981, e tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, zelando pela saúde, bem-estar e atendimento às necessidades da criança, da gestante e sua família, por meio de programas de:

- Atenção à maternidade e à infância, por meio da proteção e assistência antes, durante e depois do parto;

- Assistência específica pela vacinação, às crianças e adultos;

- Assistência alimentar à gestante e à criança em estado de desnutrição, principalmente aquelas procedentes de famílias com prole numerosa;

- Proteção, tratamento e educação de crianças com deficiências físicas, mentais e sociais;

- Divulgação dos princípios básicos de higiene, puericultura e recreação junto à comunidade;

- Proteção, recreação e educação dirigida à crianças cujas mães trabalham fora do lar, etc.

Pelos motivos acima expostos, e pelo relevante serviço que a entidade vem prestando a Comunidade daquele Município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 271/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alterar o Art. 6º, § 3º, da Lei nº 1.066/95, incluído os incisos I e II.

Art. 2º - Inclua-se ao § 3º, os incisos I e II, com a seguinte redação:

"I - Fica criada na estrutura organizacional do Paraná Turismo a Diretoria Paraná Turismo Norte do Paraná.

II - A diretoria de que trata o inciso I será composta de 01 (um) Diretor Geral, 02 (dois) Assessores Técnicos e 01 (um) Auxiliar Administrativo, sendo instalada no Município de Londrina.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) MOYSÉS LÊONIDAS

JUSTIFICATIVA:

Norte do Paraná: um pólo regional rico. Rico pela sua história, pelo seu solo, pela sua população, pelo seu desenvolvimento, enfim, pelo seu crescimento sólido, preparado para o século XXI.

Uma região que no início do século mostrou sua vocação agrícola, produzindo uma alta quantidade de café, exportando para o mundo algo cultivado em terras vermelhas. Por isso a população desta região orgulhosamente é chamada de "pés vermelhos".

Hoje esta região vem caracterizando-se por meio de vários aspectos: grandes indústrias sendo prospectadas e outras sendo fortalecidas. O comércio com a sua vocação inovadora, com vários shopping centers, modernização variedade e qualidade. O esporte caracterizado também pelo Campeonato de Beisebol, Clube de Golf, por uma Equipe que faz parte da Seleção Brasileira de canoagem, com o Autódromo Internacional Ayrton Senna, Kartódromo de Londrina, além de estádios e ginásios para diversas quantidades de público. A cultura destaca-se pelo número de Museus, Teatro, Grupos Musicais e de Dança, além de acervos culturais e uma Orquestra Sinfônica. Com a infraestrutura invejável, obtendo aeroportos com mais de 50 vôos diários com conexão para o Brasil, vôos internacionais fretados, com mais de 40 mil passageiros sendo atendidos, além de transportes rodoviários para quase todos os lugares do Brasil.

Para justificar tal projeto é importante citar eventos que atraem pessoas de diversas localidades do Brasil e exterior, como a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, MOVELAR, FIQ, Festival Internacional do Teatro, Festival de Música. Em Rolândia, Rabetolandia e Oktoberfest.

LONDRINA

Principais pontos turísticos:

- Lago Igapó
- Autódromo Internacional Ayrton Senna
- Kartódromo de Londrina
- Estádio do Café (capacidade 70.000 pessoas)
- Ginásio Moringão (capacidade de 12.000 pessoas)

- Universidade Estadual de Londrina
  - Mata do Godoy
  - Salto do Apucarantina
  - Parque Municipal Arthur Thomas
  - Museu de Arte de Londrina
  - Anfiteatro de Londrina
  - Museu Histórico de Londrina
  - Golf Clube de Londrina
- Principais eventos:
- Festival Internacional de Londrina
  - Mostra Regional de Teatro
  - Festival de Música
  - Exposição Agropecuária de Londrina

APUCARANA

Principais pontos turísticos:

- Parque da raposa
- Lago do Jaboti
- Hotel Fazenda Lagos das Pedras

Principais eventos:

- Corrida pedestre 28 de Janeiro

CORNÉLIO PROCÓPIO

Principais pontos turísticos:

- Cristo Rei - maior estátua de bronze da América Latina

- Termas Aguativa

Principais eventos:

- Exposição Agropecuária de Cornélio Procópio.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há poucos dias esta Casa discutiu o problema com relação a exploração sexual da infância ou jornalisticamente falando, da prostituição infantil, através da iniciativa do Deputado, Pastor Edson, que tem dado uma demonstração de preocupação com este flagelo social que é o abandono das crianças de Direitos Humanos, segundo o Deputado, vai trabalhar, vai fazer um estudo em cima disso.

Mas, o caso tem repercutido tanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que várias pessoas estão fazendo estudos, fazendo abordagens das mais diferentes formas e este Parlamento, evidentemente, não pode ficar atrás. Temos o caso do psicólogo, Fernando, que trabalha junto ao Ministério Público, que acaba de me visitar, nós temos aqui, em visita a nossa sessão, da Daniela Prestes, que é formada em jornalismo e está fazendo um trabalho de militância em torno desta causa. Mas acima de tudo nós queremos fazer uma homenagem, hoje, a

uma possível solução, Pastor Edson, em que pese seja parcial, da questão das crianças em situação de risco, porque hoje nós comemoramos o Dia Nacional da Adoção.

Antes de 1979 tínhamos uma legislação da criança e do adolescente que se chamava estatuto do menor, de 1927, que trabalhava a questão da criança e do adolescente só no ambiente jurídico. De 79 a 90 nós temos o outro estatuto do menor que trabalha as crianças, para as crianças, com abordagem jurídica, para as crianças chamadas em situação irregular. Todas as abordagens levavam em consideração o aparato policial, a partir da Constituição e de 90, com o estatuto da criança e do adolescente, deixa de ser a causa da infância, o problema da infância, da criança e do adolescente em situação de risco social e pessoal menos da Justiça e mais do sistema de ação social.

E o estatuto da criança e do adolescente estabelece que a proteção à criança se dará com as políticas municipais mas, sobretudo, criando uma rede de ação social, de assistência social.

E o estatuto diz que toda criança tem o direito do convívio familiar. Estabeleceu, baseado em critérios internacionais que toda criança tem direitos, na mesma perspectiva em que trabalha a questão da responsabilidade e portanto dos deveres. Mas precisou ser escrito que a criança tem direitos porque muita gente se arvora no direito de ser dono de crianças, como pais que abandonam as crianças, mas no momento de reprimi-las são os donos das crianças. Muitas vezes o próprio Estado, através da própria polícia se arvora em dono da situação da infância, na medida em que não se prende, por exemplo, quem prostitui, e prende a menina com 13, 14 anos de idade.

Mas o convívio familiar é um estatuto legal, uma indicação legal. E a adoção é uma forma de ajudarmos a resolver a institucionalização de crianças. Muitas vezes, a criança abandonada, Senhor Presidente, não recebe o devido apoio para primeiro, Deputado Takayama, permanecer na família natural.

O objetivo da lei, do estatuto é primeiro a família natural - seja através do serviço de assistência social, de apoio alimentar, apoio material, apoio educacional - mas que a criança fique com o pai e a mãe biológicos num ambiente salutar. Não sendo possível, negar primeiro os institutos, passar pela adoção. E nós temos hoje uma reportagem do diário da manhã que é o "Diário de Ponta Grossa", que eu recebo com satisfação, um dos poucos jornais a abordar a questão da adoção que é um tema contemporâneo. Porque, não sendo possível a criança ficar na família natural, a família substituta, através da adoção, é a melhor forma da gente resolver em parte o problema da infância desvalida. E recente-

mente nós tivemos uma campanha lançada no Paraná, através do juizado da infância, notadamente o Dr. Fernando, também a Dra. Jane, que trabalham no CEJA - Comissão de Adoção Internacional ligada à justiça do Paraná. E também um projeto interessante que é o Projeto "Recriar". E esta Casa já aprovou, Lei de Utilidade Pública. O Projeto "Recriar" é um grupo de pessoas que aprovam mães e pais que porventura queiram adotar crianças e acham que é difícil. E, muitas vezes, a criança está lá num orfanato, internato, junto ao educandário, esperando um pai, uma mãe. Mas acima de tudo, esse projeto ele não quer estimular a adoção a qualquer forma. Quer sim resolver o problema das crianças efetivamente abandonadas. Não ao contrário, como acontece às vezes - as pessoas estimularem a adoção porque acham que isso está fazendo um favor a um pai ou a uma mãe que não têm criança.

O interesse básico, primeiro é em prol da criança. A criança em primeiro lugar e depois o entusiasmo, a vontade de ser mãe, de ser pai. O "Programa Adotar é Legal", é um programa lançado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, pela Comissão Estadual Judiciária da Adoção e pela segunda "Vara da Infância e Juventude" da Comarca de Curitiba, na pessoa do Dr. Fernando. E ainda o Projeto "Recriar Família e Adoção", uma Entidade que trabalha no apoio à Adoção. Em seguida nós distribuiremos todo o material instrutivo que orienta no sentido de que a adoção não é mais um "bicho de sete cabeças". A adoção é sim uma forma da gente desinstitucionalizar a criança e ajudar resolver em parte o problema da infância-notadamente problema que advirão do abandono: prostituição infantil, delinquência, uso de produtos tóxicos e assim por diante.

Então, queremos aqui nesta Casa, nesta tarde, fazer uma homenagem ao "Projeto Recriar", À Segunda Vara da Infância de Curitiba, pela preocupação social, contemporânea, emergente e importante que está tendo. E ao mesmo tempo fazer homenagem a todas àquelas crianças que hoje têm uma família. Não existe mais filho legítimo, filho adotado. Existe filhos. E os filhos estão procurando família. E famílias têm, às vezes esperando a oportunidade de ter um filho. E os programas de adoção são importantes para ajudar encontrar filhos abandonados para pais e mães que ainda não têm seus filhos propriamente dito.

Uma homenagem ao Dia Nacional do Adoção, inclusive como saída para o problema da infância. E essa Assembléia tem que estar sintonizada com essa causa relevante no aspecto social.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna para registrar que hoje é o Dia da Indústria - 25 de maio é o dia da Indústria.

(Lê):

“Comemora-se hoje o Dia da Indústria.

O Brasil e especialmente o Paraná, tem muito a comemorar.

Desde o século XVIII o termo produzir está no vocabulário do cotidiano paranaense.

Naquela época sentiu-se no Paraná a necessidade de se fazer aqui o próprio produto. Tratava-se de uma produção artesanal e caseira, mas a futura província do Paraná já iniciava alguma atividade industrial.

Lã paranaense alimentava as indústrias de fios para confecções de algodão de Sorocaba, madeira daqui transformavam-se em galpões e móveis e aqui produzia-se cintos, botas, selas, arreios e roupas.

Mas as coisas evoluíram muito e o Paraná não é mais uma futura província, mas hoje um futuro e potencial maior pólo industrial do Brasil, podendo fornecer tudo quanto produzir.

A palavra produzir, continua no dia-a-dia do paranaense, mas agora o significado é outro.

O nosso Estado já não produz somente para o próprio consumo. O Paraná mantém pólos industriais capazes de fornecer para outras regiões e exportar.

A potencialidade produtiva do povo paranaense tem atraído mão-de-obra e grandes empresas que trazem investimentos e progresso gerando empregos e melhorias na nossa qualidade de vida.

Produzir, sempre foi o lema do paranaense e hoje, a este lema tem sido acrescentado eficiência, competência, capacidade e tecnologia de ponta,

Isso, somado à vocação para trabalhar do nosso povo, faz com que o Paraná esteja atravessando um estágio privilegiado, tendo atraído inúmeras indústrias muito importantes, além de estar experimentando uma maturação de intenções de investimentos em projetos industriais privados e obras e infra-estrutura que o colocam como a segunda carteira industrial do País, perdendo apenas para o Estado de São Paulo e deverá transformar-se na quarta economia do Brasil entre 2001 e 2002.

Esses planos abarcam a instalação de um pólo automotivo, a verticalização das cadeias agrícolas e agroindustrial lideradas pelas cooperativas, a modernização do complexo moveleiro-papeleiro, a ampliação da frente externa, especialmente com o MERCOSUL, e o melhor aproveitamento e/ou consolidação das vocações e o desenvolvimento das

aptidões regionais. Esta última, é ação de grande importância, pelo fato de valorizar cada região, sua população e seu produto nativo. Assim, a industrialização vai atingir, de forma ordenada, todas as regiões do Estado, não privilegiando apenas alguns locais.

Por todos estes motivos, o Paraná tem muito a comemorar. em pleno final de milênio, somos o Estado brasileiro que vem apresentando as mais profundas transformações nos setores econômico e social, expressas tanto na densificação da estrutura econômica e produtiva e na reconfiguração urbana e rural, reflexos de todo um processo.

Por todos estes motivos e em reconhecimento ao trabalho constante realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP em prol do nosso Estado, receba o Doutor José Carlos Gomes de Carvalho, os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná”.

Por esta razão Senhor Presidente, esta Casa encaminha hoje através deste requerimento, Mensagem a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a FIEP, Doutor José Carlos Gomes de Carvalho, que nesta data, ele que tem feito um trabalho extraordinário, na vocação do nosso Estado, que tem divulgado esta potencialidade.

Tem através da FIEP feito, na verdade, uma grande programação de estímulo à indústria paranaense.

Também dou entrada a esta Casa, hoje, um requerimento, da mesma forma cumprimentando a FIEP, pela Ação Global realizada em todo o Estado do Paraná, no último sábado.

O Presidente da Casa lá esteve, nós também estivemos prestigiando este fato lá no SESI no bairro do Boqueirão.

(Lê):

“REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao SESI? Sistema FIEP (Av. Cândido de abreu, 200) Curitiba, pela Ação Global, desenvolvida em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1999.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Quase um milhão de atendimentos nas áreas de saúde, lazer e educação e um público de 329.533 pessoas que afluiu aos 26 Centros de Atividades do SESI/ sistema FIEP, este é o balanço das atividades de apenas um dia de Ação Global, em todo o Estado do Paraná.

A Ação Global em sua terceira edição, superou este ano as expectativas de público e de serviços prestados.

Foram prestados 952.456 atendimentos gratuitos nas seguintes áreas:

- 14.658 documentos,
- 43.070 atendimentos de saúde,
- 44.010 atendimentos odontológicos,
- 25.135 cursos,
- 301.428 pessoas atendidas com palestras,
- 5.932 cortes de cabelo,
- 196.512 crianças atendidas com lazer,
- 70.798 pessoas atendidas com esportes entre

outros.

Na data em foi realizada a Ação Global a juíza de paz Iara Maria Schneider, realizou o casamento coletivo de 150 casais.

O SESI/ sistema FIEP com a Ação Global está mais uma vez demonstrando sua preocupação com a cidadania através de uma administração revestida de elevado espírito social.

Pela importante iniciativa da Ação Global, que beneficiou um inestimável número de paranaenses, receba o SESI/Sistema FIEP os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**“Quase um milhão de atendimentos.**

**É o Balanço da Ação Global/99 no PR**

Quase um milhão de atendimentos nas áreas de saúde, lazer e educação e um público de 329.533 pessoas, que afluíram aos 26 Centros de Atividades do SESI/Sistema FIEP, este é o balanço das atividades de um dia de Ação Global em todo o Estado. Ao apresentar os números, ontem, o presidente do Sistema FIEP, José Carlos Gomes Carvalho, disse que a Ação Global, em sua terceira edição, superou as expectativas de público e de serviços prestados. Foram 952.456 atendimentos gratuitos em áreas, assim enumeradas: documentos, 14.658; saúde, 43.070; odontologia, 44.010; cursos, 25.135; palestras, 301.428; corte de cabelo, 5.932; lazer/crianças, 196.512; esportes, 70.798; shows, 128.707; outras, 128.707.

No Clube do Trabalhador no Boqueirão, em Curitiba, estiveram presentes 55.533 pessoas, com um total de 145.767 atendimentos. Em Guarapuava, a participação foi de 30.990 pessoas e 64.029 atendimentos, seguida de Maringá, 27.187 e 55.270; Londrina, 16.400 e 76.329; Ponta Grossa, 12.673 e 37.086; Cascavel, 10.560 e 31.160.

Durante a festa da cidadania no Clube do Trabalhador, a juíza de paz, Iara Maria Schneider, realizou o casamento coletivo de 150 casais, que após a cerimônia foram brindados com champanhe e concorreram aos prêmios de um título de capitalização, no valor de R\$1.800 oferecido pela Caixa Econômica; a cinco poupanças de R\$100 do BANESTADO e ainda 10 estadas para os recém casados na Colônia de Férias dos Funcionários do Sistema FIEP em Guaratuba.

## **Dia da Indústria**

O presidente José Carlos Gomes Carvalho estará hoje em Brasília para solenidades em homenagem ao Dia da Indústria. Ele participa de uma teleconferência via TV SEBRAE, com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, para lançamento da campanha de valorização do produto nacional e de reunião da diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI)."

Daí porque esta Casa não pode ficar alheia em cumprimentar esta ação desenvolvida pelo Sistema FIEP-SESI que realizou-se no último sábado, com a presença -repito - de sua Excelência o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, nossa também e de outras autoridades, lá junto ao Doutor José Carlos Gomes Carvalho.

Mas, para finalizar, Senhor Presidente, trago a esta Casa uma preocupação que todos deveremos ter com a questão da Educação do Estado do Paraná. Não é possível mais verificar a situação de determinadas escolas, especialmente aqui na Região Metropolitana e no litoral do Paraná.

O Jornal "Estado do Paraná" na última sexta-feira, estampa: "Escola da Capital corre risco de desabar". É uma escola que tem, nada mais, nada menos, do 96 anos, Senhores Parlamentares. É um prédio histórico no centro de Curitiba e que precisa urgentemente da ação da FUNDEPAR, de investimentos por parte do Governo do Estado, no sentido de reparar uma situação que a qualquer momento pode provocar uma tragédia, se ocorrer o desabamento.

O Colégio Estadual Xavier da Silva, no Bairro Rebouças, da Curitiba, está colocando em risco a vida dos estudantes. O péssimo estado do prédio já com 96 anos está com o forro prestes a desabar, buracos nas salas de aula, rachaduras nas paredes e infiltrações pelas paredes. Cansados de esperar pelos recursos para a reforma: os alunos, funcionários, pais e professores estão preparando uma mobilização para o próximo dia 26. E aqui cita - a Diretora da escola - a situação mais detalhada desta escola. A exemplo dela, o Instituto de Educação de Paranaguá, interditado já há muitos meses também está à espera de recursos do Governo do Estado, da FUNDEPAR, da Secretaria Estadual de Educação. O Colégio Lisímaco Ferreira da Costa na Av. Iguaçu, centro de Curitiba, também com situação precária das suas instalações.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, precisamos chamar a atenção dos responsáveis pela área de educação. E que fazemos parte da Comissão de Educação nesta Casa, presidida pelo Deputado Irineu Colombo, temos procurado trazer a esta Casa e a esta Comissão, autoridades ligadas à Secretaria, ao Conselho Estadual de Educação, diretoras de escolas para que mostrem o que

é que estão fazendo, como estão suas escolas, que caminho a seguir, como está o repasse do PROEM atrasado e que está levando, inclusive, alguns diretores, alguns diretores à barra da Justiça.

E esperamos que o Governo do Estado, que os órgãos responsáveis tomem as devidas providências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

O Sr. 1º Secretário anunciará a composição da Comissão que irá verificar a UNIOESTE.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Por determinação do Sr. Presidente, ficam nomeados os seguintes...

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Ato nº 003/99, de autoria do Sr. Presidente Anibal Khury, constante do expediente, desconstituindo a Comissão Parlamentar de Inquérito e sem efeito o Ato nº 001/99, desta Presidência datado de 24 de maio de 1999. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademir Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense "Estilo de

Vida", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã de Moços de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Grupo Folclórico Ucraniano Kalena de Porto União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Bela Vista do IPE II, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários do Balneário das Gaivotas, com sede e foro no Município de Matinhos. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 28, de 19.04.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 183/97

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários do Balneário das Gaivotas, com sede e foro no Município de Matinhos, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK



**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Evangélico Moriá de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IEMODAEC, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procopio. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 11.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 236/99

**P A R E C E R**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Evangélico Moriá de Desenvolvimento Assistencial, Educacional - IEMODAEC, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor de Quedas do Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Quedas do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 237/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor de Quedas do Iguaçu, com sede e foro na Cidade de Quedas do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/97, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DÚLIO GENARI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1053, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Ademir Bier e demais Srs. Deputados, constante do expe-diente de sessão anterior. **Aprovado.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, nós no dia de ontem pedimos para discutir o requerimento, para que pudéssemos fazer um estudo de Regimento Interno para hoje nos posicionarmos. Estou aqui neste momento declarando meu voto favorável ao requerimento, e peço à bancada de sustentação ao Governo que votemos favorável à inclusão desses nomes.

Mas gostaria também, Sr. Presidente, logo após de encaminhar uma Questão de Ordem que tenho aqui para Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Votação ao requerimento. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Acrescente-se os nomes à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vossa Excelência quer apresentar o requerimento?

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Gostaria de encaminhar uma Questão de Ordem, que se Vossa Excelência nos autorizasse encaminhar a Questão de Ordem da tribuna para que tivéssemos mais facilidade para manusear os documentos que temos em mãos.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Perfeito, Vossa Excelência está com a palavra.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Com a permissão de Vossa Excelência gostaria de pedir a nossa assessoria que distribuisse, com autorização do Presidente, o documento elaborado pela nossa equipe, para que os Deputados tenham conhecimento, se Vossa Excelência assim autorizar que minha assessoria distribuisse este documento.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Vimos a esta tribuna colocar uma Questão de Ordem que achamos de fundamental importância. Todos sabemos da composição desta Casa, aonde a Bancada do Governo, tem ampla maioria e ela é composta de 35 Senhores Deputados que apóiam o Governo. E nós, lendo aqui o Ato do Sr. Presidente, da composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Presidente estabeleceu aqui, conforme o requerimento, 7 membros. E queremos aqui uma Questão de Ordem ao Sr. Presidente por não concordar com a forma com que foi composta a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não aceitamos,

Sr. Presidente, a composição feita, porque achamos que regimentalmente ela está incorreta. Incorreta, porque, nós temos aqui a composição dos partidos, aonde o PFL é composto de 12...Eu tenho aqui as duas formações que os Senhores Deputados estão recebendo nesse momento.

A proporcionalidade no dia da posse.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, me permita o Deputado que ocupa a tribuna, Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que usa da palavra neste momento para formular uma Questão de Ordem à Mesa, pelo que entendo das palavras proferidas pelo Deputado Valdir Rossoni, a Questão de Ordem levantada pelo Deputado não tem procedência.

Questionar neste momento, o objeto da composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que já foi proclamada pela Mesa Executiva desta Assembléia, constando no requerimento formulado por 23 Deputados a formação de 7 membros, me parece que esta Questão de Ordem, infelizmente neste momento não é procedente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Continua com a palavra o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente agradeço, e quero aqui colocar de que a proporcionalidade do dia da posse, o PFL, continha 12 Deputados; o PTB, 11 Deputados; o PPB, 8 Deputados; o PMDB, 7 Deputados, o PSDB, 6 Deputados; o PDT 3 Deputados; O PT, 4 Deputados; PSB, 2 Deputados e o PSC, 1 Deputado.

Em cima desse quadro e os cálculos que fizemos para compormos os membros da CPI, os 07 membros, nós achamos que regimentalmente não está correto. E também se formos analisar o quadro atual da formação partidária de hoje que também é a seguinte:

PFL com 11 Deputados; PTB com 10 Deputados; PPB com 07 Deputados; PMDB com 07 Deputados; PSDB com 06 Deputados; PDT com 03 Deputados; PT com 04 Deputados; PSB com 02 Deputados; PSC com 01 e o PL com 03.

Não mudaria também, pelos nossos cálculos, a composição dos membros da CPI.

Pelos nossos cálculos, Sr. Presidente, e aí encaminharei esta Questão de ordem por escrito para que Vossa Excelência passe a decidir, pelos nossos cálculos esta Comissão seria formada da seguinte maneira:

PFL com 02 membros; PTB com 01 membros; PPB com 01 membros; PMDB com 01 membros; PSDB com 01 membros e o PT com 01, que teria uma formação de 07 membros. Esses cálculos foram feitos e os índices calculados estão aqui em nossos

cálculos. Por isso, Sr. Presidente passo a ler para que Vossa Excelência decida a Questão de Ordem.

(Lê):

“Questão de Ordem - Com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno.

Tendo em vista que o Ato da Presidência nº 001/99, que constitui Comissão Parlamentar de Inquérito, não observou o disposto no § 5º do Regimento Interno que determina respeito à proporcionalidade da representação partidária na composição de Comissão Parlamentar de Inquérito, levanto a presente Questão de Ordem:

FUNDAMENTO: Negada de Acordo com o Art. 61, § 1º da Constituição Estadual Art. 31 Parágrafo Único do Regimento Interno em 25.05.99.

- O requerimento para constituição da CPI SERCOMTEL, prevê sua composição com 7 (sete) membros.

- O § 5º do artigo 36 do Regimento Interno prevê:

“Art. 36 -

§ 5º - A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

...”

- O critério para composição de Comissões Permanentes previsto no artigo 31 e seu parágrafo único, utilizado por analogia, para a composição da CPI, jamais poderá ser adotado, uma vez que sua aplicação leva ao absurdo desrespeito ao princípio maior regimental desta Casa que é o da proporcionalidade da representação partidária.

- É regra de interpretação normativa a harmonização de dispositivos cuja aplicação poderia resultar aparentemente conflitante. Neste caso, prevalece a regra de natureza específica (Comissão Parlamentar de Inquérito - artigo 36, § 5º) sobre a regra geral (Comissões Parlamentares - artigo 31, § 1º).

- Ou seja, prevalece a proporcionalidade, consagrando-se princípio democrático que norteia o ordenamento jurídico nacional.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Passo a entregar a V. Exa., para que V. Exa. decida esta Questão de Ordem.

O SR. EDGAR BUENO (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de dizer aos nobres Parlamentares que esta Questão de Ordem, levantada pela Bancada Governista, está totalmente fora de propósito. Por quê? Porque no próprio Requerimento dos que subscreveram esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eles dizem que deverá ser

composta por 07 membros e que deve ser concluído em 120 dias o seu trabalho.

Ontem, quando V. Exa. instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito, dia 24 de maio, V. Exa. disse o seguinte: “Está assim constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito. A mesa determinou a publicação no Diário da Assembléia e no Diário Oficial. Os partidos deverão indicar no prazo de 48 hs. os componentes da Comissão “Artigo 34, § 3º do Regimento Interno que diz que todos os partidos deverão ser contemplados. E mais: na Ata da Assembléia de ontem, quando V. Exa. determinou a instalação desta CPI, V. Exa. também, claramente, para que todos pudessem acompanhar, para que o Líder pudesse observar, disse o seguinte: “A Comissão será constituída por um Deputado do PFL, um do PTB, um do PPB, um do PSDB e um do PT e outro do PDT. Respectivamente publique-se no Diário da Assembléia e no Diário Oficial.

Então só queria ressaltar, Sr. Presidente, que o Sr. não deve ceder a esta pressão que está chegando fora de hora. Estamos inclusive preocupados se os proponentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito querem realmente que se instale esta Comissão ou se fizeram isso apenas como um ato de pressão.

Alguns chegam a dizer “chantagem” mas quero respeitar os Parlamentares que assinaram e quero dizer “pressão”. Um ato de pressão ao Governo do Estado e agora estão arrependidos de dar andamento a esta Comissão criando manobra e empecilho para que esta Assembléia Legislativa possa ser embaraçada diante de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Vossa Exa. deve ater à Questão de Ordem.

**O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem)**

Então, com referência à Questão de Ordem, já disse o que tinha que dizer, citando inclusive o art. 34 que fala que todos os partidos deverão ser contemplados e também o art. 36, § 5º que diz que a Comissão Parlamentar de Inquérito terá na sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

Estamos contemplados, o PDT, porque o PL que também teria o mesmo número de Deputados, que serão três, um deles encontra-se licenciado. E, o PDT tem direito adquirido também porque elegeu três Deputados e o PL recebeu na sua composição, depois do início dos trabalhos, a adesão de três Deputados.

Muito Obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Gostaria, Sr. Presidente, de dizer ao Deputado Edgar Bueno que nós não encaminhamos esta Questão de Ordem ontem devido ao Requerimento que foi transferido para o dia de hoje, senão teríamos feito isso ontem.

Como o PMDB entrou com o requerimento para inserir as suas assinaturas na Comissão, V. Exa. decidiu transferir para o dia de hoje e por isso não encaminhamos a Questão de Ordem no dia de ontem.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, ao ouvir as colocações do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni e após ouvir as palavras do Deputado Edgar Bueno, não poderia me furtar a levantar esta Questão de Ordem.

Gostaria de dizer a todo este Plenário que não estou arrependido de ter assinado o requerimento para instalação da CPI. Agora, quero dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito deve ser instalada obedecendo o Regimento, obedecendo a proporcionalidade das Bancadas, isto é lógico, isto é primário e está inserido nos regimentos de qualquer parlamento.

Então, o que queremos é que seja instalada, mas que seja respeitada a proporcionalidade, a proporcionalidade do dia da posse que é a proporcionalidade verdadeira, é aquela que representa realmente os interesses do povo paranaense, por quê? Aqueles Deputados foram eleitos pela legenda quando tomaram posse aqui. Então, nós queremos a proporcionalidade. E quero crer que o Nobre Deputado Anibal Khury, como um democrata que é, conhecedor profundo do Regimento desta Casa, irá instalar esta CPI respeitando a proporcionalidade das Bancadas.

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para encerrar a minha participação na questão de ordem gostaria de pedir a Vossa Excelência, se Vossa Excelência tomará a decisão desta questão de ordem neste momento, ou em que momento que Vossa Excelência tomará essa decisão para que possa talvez encaminhar uma outra Questão de Ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Vou ouvir aqui os Deputados interessados e após ouvi-los eu decidirei.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)**

Deputado Anibal Khury caros Deputados, o que nós estamos discutindo hoje aqui tem importância não só para o Paraná, mas para a afirmação do Poder Legislativo, da Assembléia Legislativa em relação ao povo do Paraná. Há uma irregularidade,

talvez uma irregularidade numa transação entre a COPEL, o SERCOMTEL e a Prefeitura de Londrina envolvendo dois bancos; o Banco Sudameris e o Banco FonteCindam. Vinte e três Deputados assinaram pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ontem o Presidente Anibal Khury na realidade promulgou a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalou a Comissão. O PMDB fez um pedido que não tem nada a ver com a Comissão Parlamentar de Inquérito, apenas para requerer a sua inclusão na lista dos Deputados que estavam solicitando a instalação desta CPI. O fato já está consumado. E me parece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, assistindo os jornais, assistindo o debate que aconteceu nesses últimos vinte dias em função da possibilidade desta CPI ser instalada na Assembléia Legislativa, toda a imprensa do Estado do Paraná está pondo um ponto de interrogação sobre a legitimidade, sobre qual finalidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito. As palavras do Líder do PDT, Deputado Edgar Bueno, em que pese as palavras do Deputado Fernando Ribas Carli, é uma dúvida que paira sobre a sociedade, a imprensa registra essas dúvidas a respeito do papel da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Faço um apelo ao Deputado Valdir Rossoni, em nome da Assembléia Legislativa, da sua capacidade de se reerquer como um instrumento fiscalizador em nome do povo do Paraná que retire essa sua questão de ordem, por dois motivos: o primeiro é porque essa questão já está vencida e o Presidente Anibal Khury já decretou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito no dia de ontem, e o segundo porque vai parecer para a opinião pública do Estado do Paraná que ao querer mudar a composição desta CPI colocando dois membros do PFL, o Partido que dá sustentação ao Governo do Estado, muda a correlação de forças dentro dos Partidos na Assembléia Legislativa que são representados hoje na CPI conforme a promulgação do Ato do Presidente da Mesa. Não queremos deixar nenhuma margem para que a sociedade possa pensar sobre qualquer ponto de vista que essa CPI pode terminar como o jargão popular a gente tem dito que pode terminar em pizza. A vontade dos Deputados que subscreveram o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito é para que se apure se há alguma irregularidade na SERCOMTEL, na COPEL e no Banco FonteCindam. O Deputado Valdir Rossoni tem dito à imprensa sistematicamente que ele está muito tranqüilo, que o Governo do Estado do Paraná está muito tranqüilo, que vão trazer aqui os dados, os documentos e os integrantes da COPEL para prestar os esclarecimentos para a Assembléia Legislativa, que é um ato de lisura transparente do ponto de vista da Companhia de Energia Elétrica. Ora, se assim o é, Depu-

tado Valdir Rossoni, se a intenção do Governo é essa, de procurar esclarecer até as últimas consequências, qualquer vestígio de irregularidade que possa ter havido nessa operação de compra das ações da COPEL, eu gostaria de solicitar ao senhor para não impedir o bom funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, que retire essa Questão de Ordem, para que a partir da amanhã a Comissão Parlamentar de Inquérito possa eleger o seu presidente e ele possa designar o seu relator. E, nós, a partir da semana que vem possamos começar a averiguar e a investigar se há alguma irregularidade nessa operação, envolvendo a COPEL e o SERCOMTEL.

Por isso, Deputado Valdir Rossoni, acho que sua Questão de Ordem é vencida, não contribui para a imagem da Assembléia Legislativa perante ao conjunto da população. Pode deixar margens de que o governo quer ter uma maioria, clara e inequívoca, para atrapalhar o processo investigatório. Nesse sentido solicito a Vossa Excelência que retire a sua Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)  
Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, na Questão de Ordem por nós encaminhada, nós nos ativemos apenas na questão do Regimento Interno. O Deputado Ângelo Vanhoni entra no mérito. Quero dizer a ele que estou apto a discutir a questão de mérito no seu momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)  
Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, esta Comissão que busca fazer a investigação da questão da COPEL, SERCOMTEL, e Banco FonteCindam, é de extrema importância para essa Casa e sobretudo vai trazer, se desenvolvida com serenidade, o resgate que estamos buscando e que a população por outro lado está nos cobrando.

A palavra do Deputado Edgar Bueno foi, às vezes, constrangedora para aqueles que assinaram e pairaram algumas suspeitas. Mas o Deputado Edgar Bueno não traduziu aqui, senão o sentimento que perpassa na população. Não vamos fazer casuísmo. Vossa Excelência sabiamente já constituiu seu prazo, teve condições de ser estudado exauriram-se os prazos. A Presidência não atropelou nada. Não atropelou a liderança do governo. Não atropelou ninguém. Está desde o dia 12 o pedido de resolução para ser analisado e para serem conferidas as assinaturas. Nós, adotando a

postura do Deputado Valdir Rossoni, estaríamos criando um casuísmo. Porque na Comissão de Finanças, que são sete membros, não têm dois do PFL; não tem dois do PTB. Então já é um ato anterior e praticado pela Mesa desta Casa.

Por isso, solicito a Vossa Excelência e ao próprio Deputado Valdir Rossoni, que retirem a questão para que não usemos aqui um casuísmo.

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, Pela Ordem?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, quero imaginar que a Questão de Ordem do Deputado Valdir Rossoni procede. E procede neste momento, porque não votamos ainda o requerimento apresentado na tarde de ontem pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Já foi votado.

O Sr. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Pela Ordem?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, acho que começa nessa discussão, com relação à Questão de Ordem apresentada pelo Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, a discussão regimental em cima do que prevê o nosso Regimento Interno, o regimento desse Parlamento. Estranho as palavras dos companheiros posso falar porque não assinei essa Comissão Parlamentar de Inquérito, Edgar Bueno e Ângelo Vanhoni, quando atacam as pessoas que assinaram e colocam em dúvida a idoneidade dessa Assembléia. Não parece-me, independente do número das pessoas que façam parte dessa comissão, foram alguns desses companheiros, os primeiros propositores e gostaria de aqui fazer a defesa da Assembléia, como um todo. Não acredito que possa pairar qualquer tipo de dúvida sobre aqueles que foram signatários ou até mesmo sobre aqueles que farão parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sr. Deputado Vanhoni, eu vou conceder a palavra, pela ordem, a Vossa Excelência citando o Regimento Interno, pela ordem, na mesma questão o Deputado só pode usar a palavra uma vez.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, não é a mesma questão.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vossa Excelência poderá falar, mas eu advirto aos caros colegas que, pela ordem, o Deputado só poderá falar uma vez sobre a mesma matéria.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria de ler, na página 23 do Regimento Interno, o Artigo 44: "As vagas, nas Comissões, verificar-se-ão, Inciso 1: Com a cassação do mandato legislativo, com a renúncia ou com a opção."

Sr. Presidente, a opção mudou, alguns Deputados que faziam parte do PFL, mudaram, o PFL tem 10 Deputados conforme está publicado nas Atas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos dias de hoje. Por isso, se tem 10 Deputados, o que vale é um membro para a Comissão. O artigo 44 é claro, se houver a renúncia de algum Parlamentar de alguma Bancada, se houver a cassação de algum Parlamentar de alguma Bancada, não vai prevalecer o número desta Bancada quando foi eleito. Porque, de fato, concretamente, a representação partidária, neste momento, quando está se discutindo uma CPI é a composição deste momento que prevalece, não é a composição quando foi eleito o representante. O Artigo 44 é inequívoco! Por isso a Questão de Ordem, improcede!

Sr. Presidente, o Sr. estava com a razão quando publicou e determinou que os membros da Comissão fossem um representante de cada partido, em obediência ao Regimento Interno.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quando ouço o Deputado Vanhoni colocar essas questões que os números não estão certos, que na listagem está que o PFL tem não 11 Deputados mas sim 10 eu vejo que ele já aceitou e está seguindo o Regimento Interno, desta Casa, onde a proporcionalidade está sendo respeitada.

Quero dizer, nobre Deputado Vanhoni, que o PFL tem 11 Deputados com cadeira, nesta Casa, e automaticamente tem direito a 2 representantes, nessa Comissão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Vossa Excelência com a sua sabedora, sempre pautado pelo Regimento Interno, tenho certeza que decidirá, com total imparcialidade, pelo Regimento Interno.

O Regimento Interno, na sua interpretação, é muito claro, realmente não cabe sequer a discussão que o PFL tem direito a 2 representantes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e os demais partidos a apenas um representante.

No caso específico do PDT, se tivesse o PDT o direito a um representante, por que então não teria direito o Partido Liberal a um representante? Haja visto que os dois têm 3 Deputados com assento nesta Casa.

E eu quero aqui, não entrando, claro, especificamente na questão do Deputado Edgar, porque entendo que ele estava nervoso e até porque careceria de legitimidade porque, até o presente

momento, não via a assinatura do Deputado, enquanto vi a assinatura de dois outros colegas do PDT neste requerimento, queria encarecer as oposições porque vocês sabem o quanto temos lutado, ao lado de valorosos companheiros que assinaram e outros que não assinaram, entendemos a posição de cada um, e temos um objetivo maior que é esclarecer eventuais irregularidades, ou possíveis irregularidades ocorridas numa transação que queremos investigar.

Não queremos aqui, nesta CPI, condenar ninguém, previamente, nem os diretores da SERCOM-TEL; nem os diretores da COPEL; nem o Prefeito de Londrina; nem o Governo do Estado, queremos apurar os fatos.

Queremos encarecer aos nossos companheiros, Deputados da Oposição, que temos uma Questão de Ordem levantada pelo Líder do Governo, nesta Casa, e para que possamos conduzir essa CPI de uma maneira imparcial e para que o problema não seja sobremaneira carregado aos Deputados que com coragem, determinação, Deputados que dão sustentação ao Governo e que subscreveram essa CPI, quero pedir ao nosso Líder da Bancada do PDT, Deputado Edgar Bueno, aos demais Líderes, Deputados dos Partidos de Oposição, para que concordem com essa Questão de Ordem levantada, para que efetivamente a gente possa ter 7 membros representados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e para que com toda certeza, a opinião da maioria seja respeitada, porque seria um grande contra senso ter a Situação: quase 40 Deputados na Assembléia Legislativa, a maioria dos Partidos da Assembléia Legislativa dão sustentação política ao Governo.

Se não, vejamos: o PSC tem votado com o Governo, dá sustentação política ao Governo, o PL, o PSDB, PFL, PTB, PSB, são seis partidos que dão sustentação política ao Governo e três partidos que fazem Oposição ao Governo, sete ainda com o PPB e três partidos que sistematicamente fazem Oposição, que é o Partido do PMDB que está juntando-se a nós nesta CPI, e agradecemos, que é o Partido do PT - um Partido combativo que desde o primeiro momento sempre tem defendido o Estado do Paraná.

Então, entendemos. E entendemos dessa forma que a maioria tranqüila dos Partidos com assento nesta Casa, dão sustentação política ao Governo.

Então, vamos para os dois critérios que poderiam ser: o critério de número de Deputados por Partido. Com certeza, teríamos aí 2 Deputados do PFL. Se outro critério for o número de Partidos com assento nesta Casa, automaticamente, a maioria dos Partidos, são 7 partidos que tem dado sustentação política ao Governo.

Por isso, encareço aos companheiros da Oposição, que são nossos companheiros nessa trincheira, para esclarecer esse episódio, para que não fiquemos todos numa situação constrangedora, diante deste fato que está colocando o Líder do Governo, para que reflitam e dêem a oportunidade de, confiem, já que o companheiro aqui, Líder do Partido da Frente Liberal, já está indicando, já indicou à Mesa o nosso nome para compor a CPI. Vocês podem ter a tranqüilidade, podem acreditar que vamos juntos com vocês esclarecer todos os fatos que efetivamente motivaram a convocação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDGAR BUENO (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, fui citado pelo Deputado Durval Amaral, então peço uma Questão de Ordem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Para simplesmente responder.

O SR. EDGAR BUENO (**Questão de Ordem**)

É exatamente o que lhe questiono.

Com referência a minha citação, quero dizer e reafirmar aqui aos Srs. Deputados que assinaram essa CPI, que este é um clamor que vem da rua. As pessoas na rua cobram isso: por que assinaram e por que não deixam essa CPI andar. E com referência também ao arrependimento de alguns.

Com relação, Senhor Presidente, à cobrança de eu não ter assinado essa CPI, quero dizer e relembrar a todos: imagine que para o PMDB participar dessa CPI, eles tiveram que fazer um requerimento e apresentar nesta Casa para poder participar dessa CPI, porque essa CPI é fechada.

Todos são membros, ou aliás, quase extinguindo o PT, que também duas assinaturas do PT fazem parte dessa CPI, fazem parte do Governo.

E agora, me parece que a relatoria, a Presidência e a vice-Presidência também tem que ser membros da Bancada de sustentação ao Governo.

Se analisarmos isso, e se nada encontrarem nessas acusações que estão fazendo e que existe na rua, e todos forem membros do Governo, com certeza absoluta essa Comissão não terá sustentação, não terá credibilidade para dizer amanhã, ou depois, que nada aconteceu de errado nesta CPI ou nessa transação.

Então, é importante que fique registrado isso nesta Casa, Senhor Presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Vossa Excelência, repetidas vezes, tem tomado decisões definitivas para respeitar a normalidade dos trabalhos, o Regimento e tudo aquilo

que é pertinente às questões que devem ser discutidas aqui.

Lembro-me que há pouco tempo, Vossa Excelência, fez referência a uma citação latina dizendo o seguinte: "Dormientibus non succurrit jus" - "O direito não socorre aos que dormem".

Parece-me que, quando Vossa Excelência determinou o número de constituintes nessa CPI, depois de ter baixado o Ato de Resolução e recebida a documentação necessária para a instalação, tudo acabou.

Estamos discutindo algo que já era, que já passou. Estou preocupado se, a decisão tomada por Vossa Excelência for reformada no dia de hoje, de maneira irregular no nosso entendimento, não teremos daqui para frente, muita coisa a balizar os atos que serão praticados nessa Assembléia.

"Inês é morta" - Vossa Excelência várias vezes pronunciou. Nesse caso "Inês é mortíssima".

Nossos companheiros foram enfáticos e claros em defender essa posição. Nada mais há o que decidir.

No âmago dessa questão está se querendo antecipar o relatório que vai ser produzido por essa CPI, que já nasceu de maneira nebulosa.

Nós do PMDB tivemos a dificuldade até para entrar nessa CPI.

Gostaria de dizer alguma coisa com relação ao documento que encaminhamos.

Não deveríamos, de maneira nenhuma, nos submeter a decisão do Plenário, porque era uma decisão nossa, do PMDB.

De colocar os nossos nomes nessa CPI.

É como o caso da renúncia. Se alguém aqui resolver renunciar, não terá que se submeter a deliberação do Plenário. É que é uma praxe nos Paramentos, em todos os Requerimentos que se fazem, a Mesa, se colocar entre vírgulas. "Olha! Estamos querendo isso após ouvido o douto Plenário.

Presidente, não ficará bem para essa Casa dar instrumentos de manipulação para uma CPI que nem começou a andar. Ela nasce sob a suspeição no meu entendimento.

É uma análise que a Bancada Governista faz de maneira equivocada, subjetiva, quando na análise dos sete nomes que deverão ser os componentes da CPI, fica essa dúvida em relação a honestidade dos componentes da CPI.

Nós do PMDB estamos dando como definitiva a decisão, inclusive que Vossa Excelência já tomou ba-seado aqui no Artigo nº 34, "As comissões temporárias compor-se-ão dos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição".

O Ato de Resolução, a Constituição são definitivos. São sete membros. O alargamento do número inicial, legal, no meu entendimento, mostra, e é preciso que o Paraná saiba disso, que está se tentando

no nascedouro a fazer, de antemão, aquilo que pretendem e que possa acontecer.

A CPI tem que ser livre, ela tem que ser soberana, ninguém sabe o que ela vai apurar, ninguém nem sabe se existe, no meu entendimento, algo de ilegal para ser apurado.

Senhor Presidente "Dormientibus non succurrit jus". "Inês morreu faz tempo".

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente um esclarecimento à Mesa.

Senhor Presidente tenho uma tabela em mãos, gostaria que a assessoria da Mesa me esclarecesse.

A Bancada do PFL com 12 membros, quando no dia da posse correspondia a 22%, numa comissão de sete membros ela alcançaria, o ponto de 1.55556, teria 2 membros:

A Bancada do PTB com 11 Deputados eleitos, no dia da posse teria 20% e estaria com 1, 42593;

Tenho a proporcionalidade de hoje, dita pelo Líder do PFL, o Deputado Plauto Miró: são 11 Deputados do PFL, alcançam 20%, perfazem 1.42, que é a mesma proporcionalidade do PTB, no dia da posse que também fazia um membro. Por que que agora o PFL tem que fazer dois se é 1.42 a sua base de cálculo?

Não chega a 1.55, Senhor Presidente, não chega a 1.50. Acho que pelos cálculos, o senhor está correto mantendo a decisão de um Deputado para cada Bancada.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Entendo que esta Casa, manifesta o direito de todos opinarem, principalmente aqueles que têm assento nesta Casa.

Foi com esse sentimento de democracia e de liberdade, entendi assinar a CPI, companheiros da oposição.

Agora, também entendo que se um dos membros do PMDB fez a sua citação em latim, sobre a sua Questão de Ordem, também podemos citar em latim: "Dura lex, sed lex".

Acredito que esta regra de proporcionalidade é o mais justo direito da democracia que nós estamos vivendo aqui Sr. Presidente e companheiros desta Casa.

E também, me decepciona a forma como aqueles que nem assinaram, vêm querer colocar em dúvida aqueles que na busca da transparência são colocar em jogo aqui, numa forma de uma política que nos entristece.

Porque nós queremos perfeitamente a transparência. O que me fez assinar mesmo sobre o risco de retalhação possivelmente, mas assinar a CPI.

Não posso admitir que companheiros venham a questionar a nossa posição, mas também é preciso

aprender a respeitar a democracia e as regras que são estabelecidas, que nos ensinam desde a Constituição Federal e as regras dos Tribunais Eleitorais e da nossa Constituição, que é a regra de proporcionalidade deve ser respeitada.

Portanto, Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência sempre que tem usado aqui do bom senso, e acima de tudo, do direito de justiça e de equidade, respeitar então as regras da proporcionalidade, mesmo porque colocará em risco toda esta questão da CPI se isso não acontecer.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Queria só contrapor, Sr. Presidente esta Questão de Ordem, os números que o nobre Deputado Ângelo Vanhoni acabou de se referir, quando dizia que em função do decréscimo de Bancada haveria uma nova proporcionalidade.

Todos sabem, embora eu não seja nenhum "expert" nas Ciências Exatas, mais propriamente na matemática nós sabemos que existem o jogo de números, agora o que nós podemos contrapor ao jogo de números é o cálculo real.

Então se nós pegarmos os números e fizermos uma avaliação, em primeiro lugar, me permita o nobre Deputado Angelo Vanhoni, se nós pegarmos esses percentuais atuais o PFL, com 20% o PTB com 19%... o PPB com 13%; o PSDB com 11%; o PDT com 6% e o PT com 7%, bem como, o PSB com 4%; PSC 2% e o PL com 6%. É lógico, é evidente, é claro que um Partido que tem 20% da proporcionalidade não pode ter só apenas 50% ou 100% a mais que um Partido que tem 7%. Porque 20%, na verdade, é quase 3 vezes mais do que 7%. Vamos fazer a proporcionalidade, nobre Deputado Ângelo Vanhoni. Vamos apurar o índice e vamos fazer o cálculo como fazemos normalmente num período eleitoral para calcular aqueles que logram se eleger. E se fizermos a proporcionalidade, se dividirmos pelo índice, vamos encontrar os residuais e após fazer a divisão dos novos residuais, vamos ver ainda, nobre Deputado Ângelo Vanhoni, que os partidos da base de apoio do Governo terão ainda um número maior ainda de Deputados, porque terão partidos que hoje estão na lista ou compõem a Comissão que não terão essa oportunidade. Essa que é a verdade.

Então, se formos fazer como manda os cálculos de proporcionalidade, teremos um número maior de Deputados presentes à Comissão que pertencem aos Partidos da base de sustentação. Então era esta a Questão de Ordem para contrapor os números levantados pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Passo a decidir a Questão de Ordem.

Antes, porém, um esclarecimento ao Deputado Waldyr Pugliesi que merece todo o meu respeito e a minha admiração. Não posso, Deputado Waldyr, julgar extra petita, porque o PMDB que solicitou - ouvido o Plenário. Se Vossa Excelência quiser, Vossa Excelência assinou também o requerimento, peço ao 1º Secretário que proceda à leitura do requerimento.

Passo a decidir a Questão de Ordem. Em 23 de fevereiro do corrente ano, assinado pelo Presidente desta Casa, anunciava a composição das Comissões e as Questões de Ordem deveriam ser levantadas naquela ocasião.

O 1º Secretário vai ler a composição das Comissões do dia 23 de fevereiro.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

Cálculo das Comissões Técnicas Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado.

(Lê):

"Comissões compostas por 7 membros...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

De acordo com artigo 62, parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 31, parágrafo único do Regimento Interno, mantenho a decisão da Mesa. A composição da Comissão Parlamentar de Inquérito no meu entendimento está correta. Sete membros que comporão essa Comissão, já anunciada a composição no dia 23 de fevereiro, sendo: (01) Deputado do PFL, PTB, PPB PMDB, PSDB, PT e PDT.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Gostaria de colocar aqui uma Questão de Ordem para Vossa Excelência, mas antes responder também ao Deputado Waldyr Pugliesi, ao qual tenho profundo respeito. Ele diz no momento, em que o PMDB não deveria ter entrado com o requerimento. Esta é uma questão a ser analisada pela própria Bancada.

Segundo, ele incorre num segundo erro, prejudicar os fatos. Ele diz aqui: apurar irregularidades, quando ainda não temos conhecimento de irregularidades.

Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência para que nós possamos suspender a sessão por 10 minutos, e que se Vossa Excelência assim o permitir, gostaria de convidar a bancada de sustentação ao Governo para uma reunião extraordinária nesse momento, para que possamos tomar uma decisão no Plenarinho desta Casa.

Requeiro a Vossa Excelência a suspensão da sessão por 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Tem amparo regimental, a sessão está suspensa por 10 minutos.



O SR. VALDIR ROSSONI

Convido os Deputados de sustentação ao Governo para uma reunião no Plenarinho.

**(Sessão Suspensa)**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

**A sessão está reaberta.**

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, mediante a decisão de Vossa Excelência que não contestamos mais a sua decisão, queremos entregar a Mesa um requerimento onde estão todas as assinaturas dos Deputados que subscreveram, dos Deputados de sustentação ao Governo, que subscreveram a CPI. Passo, neste momento, a entregar a Vossa Excelência a retirada das assinaturas da CPI.

O SR. PÉRICLES MELLO (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, quero fazer nesta Questão de Ordem uma comparação: se cinco ou seis, ou 10 Deputados assinam um projeto de lei, ele é votado, se eles retirarem a assinatura é um ato nulo, não tem mais nenhum significado legal. A CPI está constituída. Aqueles que deram origem à CPI já fizeram o seu papel, eles não podem ir retirando uma assinatura e acharem que acabou a CPI, o que eles podem é renunciar aos seus cargos da CPI, e nós em 04 membros do PDT, do PT, do PMDB e do PSDB, vamos tocar a CPI. Isso é uma Questão de Ordem de mérito que estou colocando. A questão de ordem moral, poderia colocar também.

É muito estranho que Deputados requeiram uma CPI e depois traíam os seus princípios querendo acabar com a CPI. Isso é uma coisa absurda, é lamentável que esteja acontecendo isso aqui na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Peço ao Deputado que se atenha a Questão de Ordem.

O SR. PÉRICLES MELLO

Mas, quero colocar a minha Questão de Ordem.

Acho que não tem mais cabimento querer anular a CPI que já está constituída, através de um Decreto da Mesa da Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, não faço idéia o que a Mesa vai decidir a respeito da Questão de Ordem, levantada pelo Deputado Valdir Rossoni, solicitando a retirada das assinaturas do pedido de Requerimento.

No entanto, um raciocínio claro: uma CPI composta por 07 membros, por 07 partidos representando a Assembléia do Estado do Paraná, a Bancada que sustenta o Governo retira as assinaturas, a CPI já foi constituída, ela já é um ato da Mesa Executiva, os Deputados, a bancada já designou, as bancadas já estão designando os membros. O PFL indicou o Deputado Durval Amaral, no entanto está retirando a assinatura do pedido de requerimento, mas a Comissão Parlamentar de Inquérito já está constituída. Não sei como que 03 Partidos, Deputado Valdir Rossoni, podem inviabilizar os outros 04 Partidos de fazer com que a CPI funcione.

Então, gostaria de solicitar a Vossa Excelência de que não levasse em consideração o pedido de renúncia dos nomes do requerimento, porque a Comissão Parlamentar de Inquérito já está instalada. E, por isso, o que cabe a nós agora, como o Regimento manda, se a Bancada que sustenta o Governo PPB, o PTB, o PFL, não indicarem os seus membros, como o Regimento designa, Vossa Excelência o Presidente da Casa, junto com o vice-Presidente, chamará uma reunião com os líderes e o senhor, a Mesa, passará a indicar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. É exatamente por essa iniciativa que existem essas cláusulas no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Assinaram o requerimento de desistência 19 Srs. Deputados. Como da outra feita, foi pedir ao 1º Secretário que proceda a leitura dos nomes e a sua confirmação.

O Deputado responderá sim ou não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Leitura dos nomes que subscrevem o requerimento.

“REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo o subscrevem, inconformados com a decisão da Presidência desta Casa de Leis, de indeferir a Questão de Ordem levantada pela Liderança do Governo nesta sessão e, fundamentalmente em função da decisão de Vossa Excelência, de não fazer valer a proporcionalidade regimental impondo aos Deputados que dão sustentação política ao Governo, uma minoria na Constituição da CPI, Resolvem em bloco, retirarem suas assinaturas do Requerimento protocolado que constituía uma CPI para averiguar possíveis irregularidades na operação entre SERCOMTEL, Prefeitura de Londrina, COPEL e Banco FonteCindam.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(aa) CLEITON KIELSE, HIDEKAZU TAKAYAMA, CEZAR SILVESTRI, ADEMAR TRAIANO, AUGUSTINHO ZUCCHI,

RICARDO CHAB, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS ZUK, DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ ACCORSI, MOYSÉS LEÔNIDAS, DUÍLIO GENARI, NELSON GARCIA, TONY GARCIA, EDNO GUIMARÃES, BETO RICHIA e THIAGO AMORIM NOVAES”

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Dezoito Senhores Deputados renunciam a sua assinatura em Requerimento à Comissão Parlamentar de Inquérito. Não obstante isso, considero a CPI sem número para ser constituída ou instalada.

Mas, ainda vou submeter o requerimento de Desistência a voto: Senhores Deputados que aprovam o requerimento de Desistência, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, este é um ato inusitado. Nós, ao assinar uma CPI, poderemos retirar a assinatura enquanto ela não é instalada. Porque ao momento em que instalou, a Mesa tinha todas as condições legais e regimentais para fazê-lo.

A instalação da CPI através do Ato 001/99 a legitimou e não é a retirada das assinaturas, depois de um ato legítimo da Mesa, que vai fazer com que a Mesa simplesmente desconstitua esta Comissão.

Por isso peço a V.Exa. que reflitamos, a Mesa não errou, ela tinha condições regimentais para constituir. Fez o ato e agora, se posteriormente os membros que subscreveram esta Comissão Parlamentar de Inquérito, resolveram por retirar e não quero nem entrar no mérito porque tomaram esta decisão, a Mesa não tem que acompanhar este ato porque da sua constituição é legal e regimental.

Assim peço a V.Exa. que considere que a legalidade já foi cumprida e hoje só temos que continuar com a CPI.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de lamentar este fato e dizer que o tempo é o senhor da razão. Não precisou mais do que dez minutos para que os Deputados Takayama, Marcos Isfer e Fernando Ribas Carli fizessem exatamente aquilo que previ há dez minutos atrás. Não vou falar dos demais porque sei que estão passando por uma situação constrangedora.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vou submeter a voto o requerimento: Senhores Deputados que aprovam o Requerimento de Desconstituição da Comissão, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o Requerimento de Desconstituição da Comissão queiram levantar-se: 26 Aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se: 11 Rejeitam. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de registrar o voto dos Deputados Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, do Deputado Strapasson, Nereu Moura, Neivo Beraldin, Edgar Bueno, do Deputado José Maria Ferreira, do Deputado Hermes, Irineu Colombo, do Péricles Mello, do Ângelo Vanhoni favoráveis a instalação Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Declaro desconstituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, ressaltando que o Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, absteve-se de votar.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, quero comunicar a Casa e aos Senhores companheiros que a partir deste momento eu passo a encabeçar a lista daqueles que desejam essa CPI. Queira a deus que possamos conseguir dezoito assinaturas para constituir esta assinatura novamente.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, eu me absteve de votar e quero fazer aqui uma justificativa. Primeiro cumprir o Deputado Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, pela difícil missão de levar a cabo uma situação dessas. O fato foi criado, um grupo de vinte e um deputados passou a se reunir nesta Casa, não sei, não procurei saber até hoje porque que alguns outros Deputados da Bancada governista, não estou falando por eles, estou falando por mim, cada um se quisier falar usa da palavra, mas em momento algum fui consultado, em momento algum participei de alguma reunião, ninguém me consultou se eu queria ou não assinar esta CPI. estranhamente a CPI deu entrada nesta Casa com assinaturas de não toda a Bancada governista, e a nós nenhuma explicação foi dada Senhor Presidente. Por esta razão o Líder do Governo me convidou para descer, sair do Plenário para uma reunião, deixei bem claro, por não ter sido parte ativa desse processo, por não ter nenhuma responsabilidade nesse processo, não iria eu agora consolidar uma situação que ao meu ver ficou mais estranha ainda. Por isso, eu me absteve de votar nem favorável à

retirada, nem contrária à retirada, me coloco inteiramente neutro nesse processo.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, agradeço as palavras do Deputado Algaci Tulio, mas essas palavras quero que sejam estendidas a todos os Deputados que retiraram a assinatura, porque nós vivemos nesta Casa aqui há mais de oito anos e todos nós sabemos que às vezes que foram constituídas aqui comissões, CPIs, sempre foram constituídas com a maioria absoluta de quem detinha a maioria. A essa atitude que está sendo tomada agora, é porque sem sombra de dúvida, com toda lucidez, eu digo aos Deputados que retiraram a assinatura: “nós não poderíamos jamais deixar de retirar a assinatura porque estavam querendo transformar essa nossa CPI, essa CPI que tinha objetivos claros, num palanque político, e por isso foi retirado a assinatura porque nós não estamos aqui a serviços de Partidos ou de Políticos que queiram fazer desse objeto a vontade deles. Cumprimento a todos os Deputados pela atitude correta, séria, e não aceitamos insinuações, e além disso quero dizer ao Deputado Edgar Bueno, a quem tenho um profundo respeito, quanto a ele ter dito aqui que é vidente, de que é difícil você ver um Parlamentar querendo acusar o outro sem ter nada de concreto, só subjugando ou fazendo insinuações. Isso não vamos aceitar aqui nesta Casa e estaremos aqui em defesa dos Deputados.

Era isso Senhor Presidente.

**O SR. LUIZ C. ALBORGHETTI (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, queria só dizer ao Deputado Edgar, não tenho o hábito de mentir, nós fomos convocados para ir à sala, como eu não assinei, nem eu, nem o Deputado Miltinho Puppio, nem o Deputado Marcos Isfer, nem o Deputado Chico Noroeste, nem o Deputado Divanir, Algaci, Luiz Carlos Martins. Quando entramos lá dentro, senti que a reunião era para os Deputados que tinham assinado a CPI. O pronunciamento do Líder do Governo convenceu os Senhores Deputados. E como nós não fazíamos parte, nos retiramos da sala, para que eles ficassem a von-

tade e tomassem a decisão, cada qual com a sua consciência. Não foi o Marcos Isfer. Ele nem abriu a boca lá dentro. O Deputado Fernando Ribas Carli, de Guarapuava, não abriu a boca lá dentro. Ninguém abriu a boca. Quem falou foi o Deputado Líder do Governo. Quando vimos que a reunião era para quem tinha assinado a CPI, nós, que não assinamos, nos retiramos da sala para que eles se sentissem a vontade. Quero deixar claro a V.Exa., que o Deputado Marcos Isfer não merece isso.

Muito obrigado.

**O SR. EDGAR BUENO**

Senhor Presidente, Pela Ordem?

**(Assentimento)**

Senhor Presidente, só quero dizer o seguinte: tudo o que nós previmos aconteceu. Não há porque esse bicho-de-sete-cabeças. Digo o seguinte: não consultaram as pessoas certas para fazer essa CPI, com certeza absoluta. Criaram um bichinho que foi se transformando num monstrinho, que poderia comer o dono. Esse é o meu registro. Os fatos estão aí para comprovar o que eu disse.

Obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Requerimento nº 1071, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 183, 236 e 237/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 137, 158, 248 e 253/99.

Levanta-se a sessão.